



VIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ nº 33.041.260/0652-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação
A Via S.A., a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem, no cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta, a seguir, o Relatório da Administração com os resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Perfil
A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via"), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código VIAL3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil e listada no OTC Markets ("OTC") sob o código VIAYY (através de ADRs) negociadas no mercado norte-americano. Somos um ecossistema digitalizado e um marketplace aberto para inovação com uma abordagem centrada no cliente. A Via S.A. é uma varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a mais de 97 milhões de consumidores em suas lojas físicas e e-commerce (1P e marketplace), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto e Extra.com. As soluções financeiras da Via atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (*buy now, pay later*), e seu marketplace com mais de 151 mil parceiros (*seellers*) e mais de 64 milhões de SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o *fulfillment*, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 30 Centros de Distribuição e entrepostos e realizava suas vendas por meio de 1.133 filiais ativas (977 com a bandeira Casas Bahia e 156 com a bandeira Ponto).

Disclaimer
As declarações contidas neste relatório relativas às perspectivas dos negócios da Companhia, projeções e ao seu potencial de crescimento constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e do mercado como um todo, estando sujeitas a mudanças.

Mensagem da Administração
A estratégia da Via de nos transformar numa plataforma aberta, conectada com parceiros e crescer além do varejo segue evoluindo. Isso, somado à busca por um protagonista ainda maior nas categorias core e acompanhamento por aumento de recorrência proveniente do aumento de sortimento e serviços fará da Via uma Companhia ainda mais presente no dia a dia dos brasileiros e que cresce rentavelmente. No 4T22, observamos resiliência na operação de 1P, fortalecida pela performance das lojas (atuais e novas) e penetração de serviços financeiros, reflexo do forte papel da omnicanalidade. Mantivemos crescimento no canal B2B com instituições parceiras contribuindo para o ganho de *market share* nas categorias core. Aumentamos a participação do crediário e serviços logísticos na receita omnicanal do 3P (diversificando o *take rate*), além do ganho de relevância dos serviços logísticos mar aberto. O ambiente de vendas se mostrou positivo nas lojas físicas, mais pressionado no digital. Reconhecemos uma ação deflacionária, demanda e crédito se deterioraram e, portanto, trouxeram desafios, principalmente para vendas e despesas. Esse contexto desafiou um 2023 pautado em eficiência, rentabilidade e disciplina de caixa. Apesar de desafiador, existem muitos aspectos positivos no 4T22 e 2022: desembolso com processos trabalhistas abaixo do nível mínimo do *guidance* em R\$ 300 milhões, monetização de créditos fiscais de R\$ 2,4 bilhões em 2022, evolução da plataforma Envias (+48% das entregas dos pedidos 3P), receita do marketplace no ano crescendo 44,5% e canal atingindo *break even* e geração de Caixa Operacional robusta no 4T22 de R\$ 3,4 bilhões contribuindo para manutenção da posição de Caixa Líquido da Companhia. Cliente no centro e Omnicanalidade: saímos de um NPS de 63 em dez/19, para 73 neste trimestre. Seguindo nosso plano de expansão, abrimos 15 novas lojas no 4T22, sendo 60% em praças novas. Ao longo do trimestre, encerramos 3 lojas (todas em municípios com sobreposição de lojas) por apresentarem performance aquém do esperado, totalizando 1.133 lojas no período, com crescimento de 16% no GMV. Adicionalmente, nossos vendedores atingiram produtividade superior ao período pré-pandemia. Reforço também que cerca de 50% das vendas *online* da Companhia passam pelas lojas (seja *Retira Rápido*, *seja ship from store*), o que contribui com o custo de servir menor. Apresentamos contínuo crescimento do número de pedidos em 3P e aumento de receita, fruto de nossa estratégia, execução e participação do vendedor *online* (23% do GMV, +4,4p.p. vs. 4T21). O crédito nos canais digitais teve menor participação no período, bem como nas lojas físicas, em linha com o maior conservadorismo praticado pela Companhia. Nosso marketplace, chegamos a cerca de 151 mil *seellers* e elevamos para 64 milhões de SKUs. Seguimos firmes com uma visão estratégica clara para o nosso marketplace: ir além de clientes da Via, a custo baixo, bem como aumentar a recorrência de compras, sobretudo com itens de cauda longa. Mais uma vez, de forma consistente, batemos recordes de pedidos e itens vendidos no 3P, com crescimento de receita de +41,5% em 2022. Soluções Financeiras: iniciando pelo crediário, produto criado e operado pela Via, 100% proprietário e alto nível de recorrência (-de 50%), observamos as perdas sob controle (melhor que 3T22) e uma carteira de R\$ 5,5 bilhões no crediário, sendo mais de R\$ 450 milhões no e-commerce, R\$504 milhões de produção no empréstimo pessoal e um TPV de R\$ 6,3 bilhões nos cartões *co-branded*. No carnê, são mais de seis décadas de *know-how* e experiência de um produto proprietário da Via, hoje com processos digitalizados (mais de 99% das decisões de crédito são automatizadas). O *banQi*, nossa *fintech*, segue sua trajetória de crescimento e alcançou mais de 6,6 milhões de contas e 23x por ano de frequência de uso (+60% vs. 4T21), sendo que 50% desses clientes são novos no ecossistema Via. Ecossistema Logístico: nestes três anos, investimos em tecnologia e processos para operar uma revolução em nossos serviços e atender cada vez melhor e com mais eficiência nossos clientes, de produtos leves e pesados. Reorganizamos e crescemos nossos centros de distribuição (hoje são 30), para lidar com a demanda do 3P omnicanal. Com as aquisições de duas *logistics*, hoje temos uma rede de mais de 300 mil entregadores na última milha, além de uma proposta de *buy única* no mercado com nosso *fulfillment* multipaletaforma. Nossa malha própria atingiu 72% de todas as nossas entregas *online* no 4T22. Temos também uma operação de mar aberto com crescimento expressivo no número de entregas de +320% e receita de +837%. E as entregas do ENVVIAS cresceram +6x vs. 4T21 (+412%). Governança Corporativa: em abril de 2022, foi eleita como membro independente no Conselho de Administração, a Sra. Claudia Quintella Woods, reforçando o comprometimento da Companhia com a diversidade. Em dezembro de 2022, o Sr. Renato Carvalho do Nascimento, membro independente do Conselho de Administração, foi eleito como presidente do referido Órgão. Inovação: a Via foi reconhecida como uma das 10 empresas que mais realizam inovação aberta com *startups* na categoria Varejo e Distribuição, pelo *ranking* da plataforma 100 *Open Startups*. A Companhia ocupou neste ano a 8ª posição em função do número de relacionamento com *startups*, que inclui contratações, desenvolvimento de provas de conceito e pilotos, aquisições e investimentos. Igualmente sinérgica com a estratégia de negócios da Companhia é a nossa situação ESG.

Com os pés no chão, continuamos exercitando e avaliando todas as possibilidades de aumento de crescimento, melhoria da experiência dos clientes, produtividade e reduções de despesas. Perseguir a excelência na execução de nossa estratégia e da nossa operação são objetivos permanentes. Finalmente, é a esse time da Via que eu agradeço, bem como aos nossos milhões de consumidores, nossos fornecedores, parceiros, investidores e aos nossos conselheiros.

Informações Consolidadas

Abertura da Receita Bruta

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Lucro Bruto

RS milhões

Composição Consolidada das Vendas

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

RS milhões

Despesas com Vendas, Gerais e Adm.

% Receita Líquida

RS milhões

Despesas financeiras

Despesas Financeiras Dividas

Despesas Financeiras CDCI

Despesas com Desconto de Recebíveis

Juros de Passivo de arrendamento

Outras Despesas Financeiras

Resultado financeiro antes de atualizações

% Receita Líquida

Atualizações Monetárias

Resultado financeiro líquido

% Receita Líquida

Lucro Líquido (Prejuízo)

% Margem Líquida

O prejuízo líquido foi de RS (163) milhões e margem líquida de (1,8%) no trimestre, com recuo de 2,2 p.p. frente ao 4T21. No ano de 2022, apresentamos prejuízo líquido de RS (342) milhões.

Ciclo financeiro

RS milhões

(+/-) Estoques

(+/-) Fornecedores (*)

Fornecedores - Portal

Fornecedores risco sacado (convênio)

Non revenda

Dias Fornecedores Total¹

Variação Ciclo Financeiro

(¹) Dias de CMV

(²) Excesso fornecedores portal, fornecedores non revenda e fornecedores risco sacado (convênio).

Encerramos o 4T22 com forte redução no número de dias de estoque (25 dias) em relação ao 4T21, em linha com a estratégia adotada de normalização dos estoques em 2022 e sem afetar a disponibilidade, mesmo com eventos sazonais, como a Copa do Mundo, a *Black Friday* e o Natal.

Para melhor entendimento, além do saldo de fornecedores risco sacado (convênio) que já era reportado, optamos em abrir também o montante de fornecedores - Portal, pois apesar de se tratar de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores, nela a Companhia possibilita que seus fornecedores antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face e por essas antecipações a Companhia recebeu valores a título de comissão no montante de R\$ 27 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (RS 57 durante o exercício de 2021). Também resolveu abrir os saldos de fornecedores non revenda, que se soma à linha fornecedores no balanço. Nota-se, portanto, que o cálculo do número de dias de fornecedores (sem risco sacado) e non revenda tem prazo saudável para a operação, manteve-se praticamente estável vs. 4T21 (ganho de 4 dias) e financia nosso capital de giro, com diferença de 26 dias em relação aos estoques. Fornecedores risco sacado (convênio): é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores de produtos e serviços. Os convênios firmados atendem as intenções mútuas no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio dessas operações era de 118 dias com custo financeiro de 18,95% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 o prazo médio dessas operações era de 98 dias com custo financeiro de 11,04% a.a.), os respectivos custos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência.

Investimentos

RS milhões

Logística

Novas Lojas

Reforma de Lojas

Tecnologia

Outros

Total

No trimestre, os investimentos da Via totalizaram RS 210 milhões, sendo +80% do total direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia.

Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Foram abertas 15 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2022, a Companhia operava um total de 1.133 lojas. No 2022, totalizamos 63 novas lojas e fechamos 21, totalizando líquido de 42 lojas.

Casas Bahia

Rua

Shopping

Novas Lojas

Reforma de Lojas

Tecnologia

Outros

Total

No trimestre, os investimentos da Via totalizaram RS 210 milhões, sendo +80% do total direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia.

Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Foram abertas 15 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2022, a Companhia operava um total de 1.133 lojas. No 2022, totalizamos 63 novas lojas e fechamos 21, totalizando líquido de 42 lojas.

Casas Bahia

Rua

Shopping

Novas Lojas

Reforma de Lojas

Tecnologia

Outros

Total

No trimestre, os investimentos da Via totalizaram RS 210 milhões, sendo +80% do total direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia.

Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Foram abertas 15 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2022, a Companhia operava um total de 1.133 lojas. No 2022, totalizamos 63 novas lojas e fechamos 21, totalizando líquido de 42 lojas.

Casas Bahia

Rua

Shopping

Novas Lojas

Reforma de Lojas

Tecnologia

Outros

Total

No trimestre, os investimentos da Via totalizaram RS 210 milhões, sendo +80% do total direcionado para projetos relacionados à tecnologia e logística para suportar o crescimento e digitalização da Companhia.

Movimentação de Lojas por Formato e Bandeira

Foram abertas 15 lojas no trimestre, todas na bandeira Casas Bahia. Ao final de 2022, a Companhia operava um total de 1.133 lojas. No 2022, totalizamos 63 novas lojas e fechamos 21, totalizando líquido de 42 lojas.

Casas Bahia

Rua

Shopping

Novas Lojas

Reforma de Lojas

reserva que tenham sido realizados no exercício; d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço do capital de giro, podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, resgate ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório. A Companhia poderá declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários, à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, previstos no Parágrafo Único do Artigo 31 acima, (ii) lucros acumulados ou (iii) de reservas de lucros.

Os dividendos assim declarados constituirão antecipação do dividendo obrigatório a que se refere o artigo 33 do Estatuto Social. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Relacionamento com a Auditoria Externa
A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que regem a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, auditorias societárias e revisões internas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada. Com objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S., prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou outros serviços não relacionados à auditoria que representaram mais de 5% (cinco por cento) dos honorários de auditoria durante o exercício de 2022.

Destques ASG (ESG)
Valor adicionado
O Valor adicionado no exercício totalizou R\$ 6.386 milhões. Desse montante, R\$3.288 milhões, 51,5% do Valor Adicionado, foram destinados para pagamento de funcionários, encargos e com demandas judiciais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía um quadro com 46.073 colaboradores, 10,32% inferior ao número apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que era de 51.722 colaboradores. Em 2022 a Via investiu novamente as carteiras de importantes índices da B3, tais como: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), IC02 (Índice Carbono Eficiente) e IGPTW (Índice *Great Place to Work*), reforçando os compromissos ambientais, sociais e de governança.

Seguem abaixo os principais destaques do ano:
Ambientais:
SLB (Sustainability Linked Bonds)
Em 2022, a Via atingiu a meta ESG estabelecida na SLB, divulgada em abril de 2021, de adquirir 50% de energia de fontes limpas e renováveis. A meta foi assegurada pela KMPG. A Companhia se comprometeu a atingir 90% até 2025.

Programa de Reciclagem Via - REVIVA
Em 2022, por meio do programa REVIVA foram destinadas cerca de 3,5 mil toneladas de resíduos para reciclagem, beneficiando 12 cooperativas parceiras. Com 530 coletores de eletroeletrônicos distribuídos nas lojas e operações, 4,7 toneladas de eletroeletrônicos foram encaminhadas para descarte e reciclagem.

Marketplace sustentável
A Pangeia, marketplace sustentável da Casas Bahia, segue apoiando o desenvolvimento de pequenos produtores como povos originários da Amazônia, cooperativas rurais e florestais, e artesãos. A Pangeia adota a iniciativa 1% pelo planeta (vendas convertidas em ações de ESG) e as transações são carbono zero, compensadas pela Moss.

Divulgação de Dados
Valor Adicionado
O Valor Adicionado no exercício totalizou R\$ 6.386 milhões. Desse montante, R\$3.288 milhões, 51,5% do Valor Adicionado, foram destinados para pagamento de funcionários, encargos e com demandas judiciais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía um quadro com 46.073 colaboradores, 10,32% inferior ao número apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que era de 51.722 colaboradores. Em 2022 a Via investiu novamente as carteiras de importantes índices da B3, tais como: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), IC02 (Índice Carbono Eficiente)



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhões de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Recargas	35.275	35.501	35.433	35.558
Venda de mercadorias e serviços	21	36.240	36.322	36.375
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.044)	(825)	(1.085)
Outras receitas	79	4	100	13
Insumos adquiridos de terceiros	(28.787)	(29.324)	(28.603)	(29.359)
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(23.566)	(24.529)	(23.683)	(24.350)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.938)	(4.851)	(4.893)	(5.041)
Recuperação (perda) de valores ativos	(37)	2	(71)	(23)
Outros	44	54	44	55
Valor adicionado bruto	6.488	6.177	6.830	6.199
Depreciações e amortizações	(1.090)	(963)	(1.118)	(993)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.398	5.214	5.712	5.206
Valor adicionado recebido em transferência	412	175	674	348
Resultado de equivalência patrimonial	10	(149)	(98)	40
Reservas financeiras	24	(149)	(98)	40
Valor adicionado total a distribuir	5.810	5.389	6.386	5.554
Distribuição do valor adicionado	5.810	5.389	6.386	5.554
Pessoal	2.778	4.731	3.288	4.849
Remuneração direta	1.746	2.053	2.174	2.098
Benefícios	275	255	304	272
FGTS	157	179	196	198
Demandas judiciais trabalhistas	576	2.211	568	2.223
Outras despesas com pessoal	24	33	46	58
Impostos, taxas e contribuições	448	(627)	474	(596)
Federais	(94)	(1.173)	(118)	(1.170)
Estaduais	442	467	480	493
Municipais	100	79	112	81
Remuneração de capital de terceiros	2.926	1.582	2.966	1.598
Juros	2.847	1.503	2.878	1.520
Aluguéis	9	56	72	55
Outros	70	233	116	23
Remuneração de capitais próprios	(342)	(297)	(342)	(297)
Prejuízo líquido do exercício	(342)	(297)	(342)	(297)
Valor adicionado total distribuído	5.810	5.389	6.386	5.554

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Via S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via"), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código VIAL3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil e listada no OTC Markets ("OTC") sob o código VIAYV (através de ADRs) negociadas no mercado norte-americano. A Via S.A. é uma varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a mais de 97 milhões de consumidores em suas lojas físicas e e-commerce (1P e marketplace), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto, Extra.com, As soluções financeiras da Via atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (buy now, pay later) e seu marketplace com mais de 151 mil parceiros (sellers) e mais de 64 milhões de SKUs oferecendo soluções e serviços, como o fulfillment, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:
2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Declaração de conformidade:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de março de 2023. **2.4. Declaração de relevância:** A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OPCP 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisão. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referenciadas principalmente para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e inventários com vida útil definida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas. **2.6. Representação de informações comparativas:** Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração dos fluxos de caixa e a classificação de determinados saldos de fornecedores apresentados no passivo da Companhia que passava a figura de uma linha de crédito do balanço patrimonial demonstrando o seguinte: **2.7. Impactos da COVID-19:** A Via, desde o início da pandemia, se mantém alinhada aos protocolos adotados por todas as autoridades de saúde federais, estaduais e municipais. Cumprimos todas as determinações sanitárias com o objetivo de preservar a saúde de nossos colaboradores e clientes. A Companhia segue alinhada com as normas de prevenção e combate, mantendo suas operações físicas e digitais de forma segura. Os impactos às atividades da Companhia, com o avanço da cobertura de imunização, não são hoje representativos. Todas as operações da empresa estão sendo realizadas normalmente e alinhadas, em todo o país de forma padronizada. **2.8. Admissões:** (a) CNT Logística: Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% (cem por cento) da CNT por meio de suas subsidiárias. A CNT é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de e-commerce, multi-marketplace e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de fulfillment e 4 anos na operação de fulfillment, além de amplo histórico de atuação no *D2C* (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes marketplaces através de soluções próprias para integração HUB e ERP. A aquisição da CNT possui como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de e-commerce e deve proporcionar uma rápida e consistente melhoria no nível de serviço aos clientes e parceiros do marketplace da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos. A transação traz diluição de custos logísticos e contribui para: (i) aumento do NPS (*Net Promoter Score*) da Via; (ii) elevação do valor do cliente ao longo do tempo - LTV; e (iii) redução do custo de aquisição dos novos clientes - CAC. Em cumprimento ao CPC 15 - Combinação de Negócios, a Companhia está em fase de avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 11 de janeiro de 2022. A melhor estimativa do valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição da CNT é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste
Balanço Patrimonial				
Fornecedores	7.608	(1.332)	6.276	7.750
Fornecedores portal	1.332	1.332	1.332	1.332
Fornecedores COVID-19:				
Variação nos ativos e passivos operacionais	(2.216)	(1.420)	(3.636)	(2.245)
Caixa Líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.288	(1.420)	(132)	1.118
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.353)	1.420	67	(1.363)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.329)	(1.329)	(1.203)	(1.203)
	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Como originalmente apresentado em 31.12.2021
Fornecedores	7.608	(1.332)	6.276	7.750
Fornecedores portal	1.332	1.332	1.332	1.332

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados: As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que se efetivam para o exercício iniciado em 2022 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2022 ou após. A Companhia está avaliando os impactos da adoção destas normas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: - Alteração da norma IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante; - Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2023, com aplicação retrospectiva. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. - Alteração da norma IAS 1 e Divulgação de práticas contábeis - Divulgação de políticas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. - Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis. Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. - Alteração da norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

4. Principais práticas contábeis: As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, são descritas a seguir. a) Consolidado: Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são incluídas as demonstrações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia. Participação societária nas controladas

Controladas	31.12.2022		31.12.2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
ASAP Log Logística e Soluções Ltda. ("ASAP Logística")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova")	100,00%	-	100,00%	-
ASAP Log Ltda. ("ASAP Log")	-	100,00%	-	100,00%
Carrier EQ, LLC ("Airfox")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi")	-	100,00%	-	100,00%
IQXP Tecnologia e Participações S.A. ("IQXP")	-	100,00%	-	100,00%
ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub")	-	100,00%	-	100,00%
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI")	-	100,00%	-	100,00%
Center Processamento Comércio e Serviço Ltda. ("Celer")	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Administradora de Cartão Ltda. ("BanQi Adm")	-	100,00%	-	100,00%
CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. ("CNT Soluções")	-	100,00%	-	100,00%
Integra Soluções para Varejo Digital Ltda. ("Integra")	-	100,00%	-	100,00%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Notas	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Recarga de venda de mercadorias e serviços	21	30.780	30.896	30.898
Custo de mercadorias e serviços vendidos	22	(21.010)	(21.513)	(21.308)
Lucro bruto	9	9.770	9.383	9.590
Despesas com vendas	22	(6.216)	(7.079)	(6.340)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.057)	(1.013)	(1.132)
Depreciações e amortizações	11, e 18	(875)	(782)	(895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(129)	(682)	(102)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	24	1.493	(173)	1.121
Resultado financeiro, líquido	24	(2.286)	(1.230)	(2.244)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(149)	(98)	40
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(942)	(1.501)	(1.083)	(1.560)
Imposto de renda e contribuição social	16	600	1.204	741
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	(297)	(342)	(297)
Resultado do período por ação (Reais por ação)	25	(0,21629)	(0,18593)	(0,21629)
Básico	(0,21629)	(0,18593)	(0,21629)	(0,18593)
Diluído	(0,21629)	(0,18593)	(0,21629)	(0,18593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	(297)	(342)	(297)
Outros resultados abrangentes				
Itens que são classificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	(20)	(153)	(20)	(153)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	7	52	7	52
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	4	1	4	1
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(351)	(397)	(351)	(397)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Participação societária nas controladas

Controladas	31.12.2022		31.12.2021	
	Participação Direta	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Indireta
CNTLog Express Logística e Transporte Eireli ("CNT Express")	-	100,00%	-	-

Descrição das principais controladas: Indústria de Móveis Bartira Ltda.: A Indústria de Móveis Bartira Ltda. é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é a Via S.A. **Globex Administração e Serviços Ltda.:** A Globex Administração e Serviços Ltda. é uma sociedade limitada, que tem por objetivo prestar serviços de administração, locação, arrendamento e intermediação de bens imóveis. **Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.:** A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. é uma holding que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento ("FIC"), Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV"), FIC - Promotora de Vendas Ltda, BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi"), BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI") e BanQi Administradora de Cartão Ltda. ("BanQi Adm"). **ASAP Log Logística e Soluções Ltda.:** A ASAP Log Logística e Soluções Ltda. ("ASAP Logística") - atual razão social de VLVog e Logística Ltda. ("VLvog"), alterada em 24 de janeiro de 2022 - é uma sociedade limitada e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de sua controladora, Via S.A. tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia. Em 2020, a ASAP Logística adquiriu participação societária das empresas ASA-Flug e IQXP e, em 2022, a sociedade adquiriu participação societária das empresas CNT Soluções e CNT Express. **BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A.:** A BNQI é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, sob o número de autorização de funcionamento nº 0300164/90 do Ministério da Fazenda, para administrar grupos de consórcio, formados para aquisição de bens duráveis a serem entregues pela sua controladora, Via S.A., mediante cobrança de taxa de administração. Atualmente, a Administradora não possui grupos de consórcio ativos. **Cnova Comércio Eletrônico S.A.:** A Cnova Comércio Eletrônico S.A. foi criada em 2014 a partir da contribuição de determinados ativos e passivos da Nova Pontocom, que pertencia ao Grupo Pão de Açúcar ("CBO") e à Via S.A. ("Via"), visando a criação da Cnova N.V., com sede na Holanda. Com a reestruturação do Grupo Pão de Açúcar, a Cnova N.V. foi incorporada à Cnova Holding B.V. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os negócios de e-commerce e de marketplace anteriormente exercidos pela Cnova. Em 2020, a Cnova adquiriu participação societária da Distrito. Em 2021 adquiriu participação societária da Celer. Em 2022, adquiriu participação societária da Integra e em 11 de abril de 2022, a controlada da Cnova E-hub teve sua razão social alterada para ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. ("ViaHub"). **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Instrumentos financeiros são aqueles que originam a ser controlada diretamente pela Via. Em 1º de março de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via. A partir dessa data, a Via passou a operar diretamente os



Imagine caminhos.

CASASBAHIA

banQi

ponto

bartira

extra.com.br

ASAP

iQXP

DISTRITO

CNT/integra



VIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 33.041.260/0652-90

-> continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lojas	2.453	2.953	2.453	2.953
Centros de distribuição	3.102	4.161	3.143	4.213
Almoxarifado	17	21	17	22
Perdas estimadas ao valor realizável líquido	(39)	(36)	(39)	(36)
	5.533	7.099	5.574	7.152

d) Movimentação das perdas estimadas para redução dos estoques ao valor realizável líquido:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo no início do exercício				
Reversões (adições)	(19)	(16)	(19)	(15)
Perdas realizadas	16	21	16	21
	(39)	(36)	(39)	(36)

8. Tributos a recuperar: a) Política contábil: A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos. A expectativa de realização dos tributos é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação vigente e na geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos. b) Composição dos saldos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS a recuperar (i)	3.813	3.616	3.815	3.625
PIS e COFINS a recuperar	2.255	1.986	2.377	2.069
Imposto de renda e contribuição social	259	217	279	230
Outros	258	371	266	380
	6.585	6.190	6.737	6.304
Circulante	1.815	1.782	1.827	1.809
Não circulante	4.770	4.408	4.910	4.495

(i) Realização do crédito de ICMS: O plano de realização do crédito de ICMS (monetização) é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas. Sempre que necessário, são realizadas revisões nas premissas estabelecidas com o objetivo de refletir no plano os eventos de negócio, permitindo assim ter maior controle da realização dos referidos créditos. Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudos técnicos de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional, entende ser viável a compensação futura dos referidos créditos. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia acredita que as premissas estabelecidas estão aderentes e refletem a melhor expectativa de realização dos referidos créditos. Cabe ainda destacar que a realização dos referidos créditos também pode ocorrer através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos às operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Durante o exercício de 2022, a Companhia firmou instrumentos particulares de transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$800. A Companhia estima concluir a transferência dos referidos créditos até o final de 2024. c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar:

	Controladora				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2023	769	814	27	205	1.815
2024	957	838	27	30	1.852
2025	798	603	27	20	1.448
2026	523	-	28	2	553
2027	478	-	150	-	628
Mais de 5 anos	288	-	-	-	289
	3.813	2.255	259	258	6.585

	Consolidado				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2023	771	823	31	202	1.827
2024	957	839	31	40	1.867
2025	798	603	31	20	1.452
2026	523	-	32	2	557
2027	478	-	154	1	633
Mais de 5 anos	288	112	-	-	401
	3.815	2.377	279	266	6.737

9. Partes relacionadas:

	Ativo (Passivo), líquido		Receita (Despesa), líquida	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Partes relacionadas				
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (c) (d)	161	125	(362)	(643)
Globax Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	-	(1)	-
ASAP Log Ltda. ("ASAP Log") (c)	(3)	-	(36)	(17)
ASAP Log Logística e Soluções Ltda. ("ASAP Logística") (c)	(134)	(26)	3	2
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi") (c)	4	2	(10)	(7)
Integra Soluções para Varejo Digital LTDA. ("Integra") (c)	4	-	(1)	-
ViaHub Tecnologia em E-commerce LTDA. ("ViaHub") (c)	(119)	-	(226)	-
Coligadas				
Financeira Itau CBD S.A. ("FIC") (a)	(1)	(3)	(1)	(3)
Banco Investired Unibanco S.A. ("BINV") (a)	2	1	2	1
Growth Partners Investimentos e Participações S.A. ("Distrito")	-	-	(1)	-
Outras				
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d)	409	386	460	433
	323	485	463	432
Operações de arrendamento mercantil				
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (b)				
Ativo de direito de uso	718	1.027	745	1.054
Passivo de arrendamento	(1.105)	(1.499)	(1.064)	(1.539)
	(387)	(472)	(319)	(485)
Total das operações com Partes relacionadas	(64)	13	144	(53)
Ativo - partes relacionadas				
Circulante	523	420	299	271
Não circulante	134	141	184	188
Passivo - partes relacionadas				
Circulante	(332)	(76)	(20)	(27)
Não circulante	(2)	-	-	-

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro acima, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais: a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV; a Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia. A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$307 (R\$400 em 31 de dezembro de 2021). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$49 (R\$9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) de despesas financeiras provenientes da antecipação de recebíveis de cartão de crédito. b) Operações de aluguel: a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguel de 210 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com as Casas Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Via, CBD, CB e sócios da CB. c) Compra e venda de mercadorias e serviços: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2022	31.12.2021
Bartira	Compra de mercadorias	(362)	(643)
ViaHub	Contratação de serviços de T.I.	(226)	(158)
ASAP Logística	Contratação de serviços de logística	(15)	(44)
ASAP Log	Contratação de serviços de logística	(36)	(17)
BanQi	Tarifa de intermediação do carne Casas Bahia	(10)	(7)
Integra	Venda de mercadoria	4	-

d) Acordo de associação Via, Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e CB e instrumentos correlatos: Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros aspectos, assegurou a Via Varejo o direito de ser indenizada por CBD, CB e sócios da CB por eventuais perdas e/ou danos, geradas por demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cuja a origem ou fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Via Varejo e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação. Conforme disposto no referido Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos. Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um "Termo de Acordo" com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativos às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às demandas judiciais. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas de imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das demandas judiciais potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016. Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar critérios e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas. Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber de CBD passaram a ser reconhecidos na rubrica de Outros ativos no Ativo circulante. A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. e) Remuneração de Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	10	51	61	26	27	53
Conselho de Administração	6	-	6	6	-	6
	16	51	67	32	27	59

10. Investimentos: a) Política contábil: Controladas são todas as entidades que a Via detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O critério é definido: (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pelo Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. b) Remuneração de Administração: As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

	Controladora				
	Lake	Bartira	ASAP Logística	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349	723	47	54	1.173
Aumento de capital	171	-	34	67	272
Adiantamento para futuro aumento de capital	80	-	23	16	119
Lucros não realizados nos estoques	-	(11)	-	-	(11)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1)	(1)
Equivalência patrimonial por resultado	(45)	13	(36)	(19)	(87)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	1	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	556	725	68	117	1.466
Aumento de capital	-	-	-	73	73
Adiantamento para futuro aumento de capital	220	-	-	327	547
Distribuição de dividendos	-	-	-	(2)	(2)
Equivalência patrimonial por resultado	(38)	30	(176)	35	(149)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	4	-	-	-	4
Pagamento baseado em ações - Stock Options	2	-	1	3	6
Saldo em 31 de dezembro de 2022	744	755	220	280	1.999

Saldo em 31 de dezembro de 2020
Equivalência patrimonial por resultado
Distribuição de dividendos
Saldo em 31 de dezembro de 2021
Equivalência patrimonial por resultado
Saldo em 31 de dezembro de 2022

c) Informações financeiras resumidas das coligadas: FIC e BINV: São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itau Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle. A participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake. Distrito: O Distrito é uma hub de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2022, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67% oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova. A seguir, apresentamos informações referentes às coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

	Controladora			
	FIC	BINV	Distrito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	149	3	18	170
Equivalência patrimonial por resultado	38	8	(1)	45
Distribuição de dividendos	(21)	(5)	-	(26)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	166	42	17	225
Equivalência patrimonial por resultado	34	7	(1)	40
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200	49	16	265

	FIC		BINV	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Balanco patrimonial	11.682	8.742	1.090	928
Ativo circulante	32	35	-	-
Ativo não circulante	11.714	8.777	1.090	928
Ativo total	10.136	7.401	995	844
Passivo circulante	-	44	-	2
Passivo não circulante	1.578	1.332	95	82
Patrimônio líquido (i)	11.714	8.777	1.090	928
Total do passivo e patrimônio líquido	11.714	8.777	1.090	928
Demonstração do resultado	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido	245	268	14	15

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.
11. Imobilizado: a) Política contábil: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2022			
	Edifícios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática
Edifícios	40	15	9	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12	11	12	11
Máquinas e equipamentos	11	12	11	12
Equipamentos de informática	4	4	4	4

Não houve mudança significativa na vida útil média ponderada comparada com o ano anterior. Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no "Custo das mercadorias e serviços vendidos" de acordo com a venda dos estoques. Redução ao valor recuperável (impairment): O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Anualmente a Companhia realiza o teste de impairment de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras. b) Estimativas e premissas contábeis: A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") são suas lojas, e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas: (i) As UGC's que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa; (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC's identificadas para os próximos 10 anos e compara-se o resultado com o valor contábil; (iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel. A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC's considerando o resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de impairment reflete o custo de capital da Companhia (WACC). O resultado do teste de impairment, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa. c) Composição dos saldos e movimentação:

	Controladora				Consolidado				
	Saldo em 31.12.2022		Saldo em 31.12.2021		Saldo em 31.12.2022		Saldo em 31.12.2021		
	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido	Depreciação acumulada	Líquido	
Terrenos	9	-	9	11	11	-	11	15	-
Edifícios	9	(7)	2	15	(8)	7	11	(9)	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.153	(537)	616	1.					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Empréstimos e financiamentos: a) Composição dos saldos:

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Repasse para instituições financeiras - CDCI (i)	16,86% a.a.	5.241	4.828	5.241	4.828
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 2,88% a.a.	1.220	1.286	1.220	1.302
Debêntures (iii)	CDI + 1,78% a.a.	2.128	2.891	2.128	2.891
Debêntures (iii) - 6ª Deb (Séries 2 e 3)	IPCA + 8,23% a.a.	332	-	332	-
Notas Comerciais (iv)	CDI + 1,50% a.a.	457	401	457	401
Circulante		9.378	9.406	9.378	9.422
Não circulante		6.373	5.267	6.373	5.283
		3.005	4.139	3.005	4.139

(i) Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor ("Repasse para instituições financeiras - CDCI"). As operações Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6(a)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de Dezembro de 2022, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 16,86% a.a. (9,47% a.a. em 31 de dezembro de 2021), abaixo apresentamos a segregação dos respectivos saldos entre circulante e não circulante:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Repasse para instituições financeiras - Circulante	5.014	4.482
Repasse para instituições financeiras - Não Circulante	5.665	5.060
	(424)	(232)
	5.241	4.828

(ii) Empréstimos em moeda nacional: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não firmou novos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB).

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
29/06/2020	RS2.503	3 anos	CDI + 2,90%	Principal no ano do vencimento e juros trimestrais
26/11/2020	RS150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	RS150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais
(iii) Debêntures: Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e duas) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.014 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a., respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, pertencendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000,000 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série é de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para aumento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se comprometeu a cumprir a renovação da sua matriz energética por fontes renováveis. Em 29 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 461.667 (quatrocentas e sessenta e uma mil e seiscentas e sessenta e sete) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 538.333 (quinhentas e trinta e oito mil e trezentas e trinta e três) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,50% a.a. e CDI + 1,70% a.a., respectivamente. Com amortização final para a 1ª série em 15 de setembro de 2024 e amortização de 50% no 4º ano e 50% no 5º ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, pertencendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000,000 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série é de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para aumento do perfil da dívida da Companhia. Em 15 de julho de 2022, foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), sendo: 67.435 (sessenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco) da 1ª série, com remuneração de CDI + 1,85% a.a., juros trimestrais e amortização de 50% em 14 de julho de 2022 e 51.565 (cinquenta e um mil e quinhentos e sessenta e cinco) da 2ª série, com remuneração de IPCA + 8,224% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2027; e 41.536 (quarenta e uma mil e quinhentas e trinta e seis) da 3ª série; com remuneração de IPCA + 8,334% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2028 e 13 de julho de 2029. As debêntures foram objeto de distribuição privada, servindo como lastro do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), emitido através do 20º Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., nos termos da instrução CVM nº 400. (iv) Notas Comerciais: Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) notas comerciais escriturais com valor unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização do principal e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução CVM nº 476/14195. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 (um) ano e 6 (seis) meses contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados para o pagamento de parcial do saldo relativo a 4ª movimentação de debênturas da Emitente. b) Movimentação: Conforme abaixo permitiu identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa.				

	Controladora	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096	9.096
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	9.199	9.199
Amortizações (ii)	(9.028)	(9.028)
Pagamento de juros (ii)	(491)	(491)
Variações que não envolvem caixa		
Combinação de negócios	-	630
Juros incorridos (i)	630	1.160
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.406	9.422
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	7.803	7.803
Amortizações (ii)	(8.147)	(8.164)
Pagamento de juros (ii)	(912)	(912)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	1.228	1.229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.378	9.378

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os montantes referentes às operações de repasse para instituições financeiras foram de R\$1.403 de captações, R\$2.177 de amortizações, R\$439 de pagamento de juros e R\$262 de juros incorridos (R\$6.791, R\$6.703, R\$213 e R\$306 respectivamente em 31 de dezembro de 2021). c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	1.848	1.848
2025	480	480
2026	1.114	1.114
2027	322	322
2028	21	21
Mais de 5 anos	20	20
	3.005	3.005

d) Cláusulas restritivas: A Companhia monitora constantemente os indicadores considerados significativos pela Administração, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("Earnings Before Interest Taxes, Depreciation and Amortization adjusted"). Debêntures e notas comerciais escriturais: A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais escriturais em seu prazo original está condicionado ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("covenants"), previstas em seus respectivos instrumentos, as quais a Companhia ressalta vem cumprindo regularmente. O principal covenant/indicador é o abaixo indicado: **Covenants sobre dívida líquida** - Dívida líquida consolidada (i) não superior ao Patrimônio Líquido - Líquido; e o EBITDA ajustado (ii) não inferior ao Patrimônio Líquido - Líquido. Além disso, especificamente em relação à 6ª Emissão de Debêntures (Debênture SLB - *sustainable linked bond*), a Companhia possui cláusulas específicas relativas à ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança), em que se comprometeu ao atingimento de percentual de energia renovável, nos percentuais e datas de verificação abaixo: - Dezembro de 2022 - Igual ou maior a 50% - Dezembro de 2025 - Igual ou maior a 90%. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas previstas em seus empréstimos e financiamentos, bem como o indicador de ESG de 50% de energia renovável presente na 6ª emissão de debêntures. (i) **Dívida líquida consolidada**: a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades de caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de Contas a Receber. (ii) **EBITDA consolidado ajustado**: o Lucro bruto, de deduzidos das despesas operacionais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

14. Gerenciamento de riscos financeiros: a) Política contábil: Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações sobre o resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentadas de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. b) Composição dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.717	1.596
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	3.895	3.733
Partes relacionadas	657	561
Instrumentos financeiros	483	410
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10	10
Administradoras de cartões de crédito	3.406	3.787
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	(7.110)	(6.276)
Fornecedores portal (i)	(657)	(1.332)
Fornecedores risco sacado (convênio) (ii)	(2.463)	(1.904)
Empréstimos e financiamentos (exceto CDCI)	(4.137)	(4.578)
Repasse para instituições financeiras	(5.241)	(4.828)
Passivo de arrendamento	(3.657)	(4.152)
Partes relacionadas	(334)	(76)
Repasse a terceiros	(560)	(498)

(i) Fornecedores portal: A Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de transações desta natureza envolvendo instituições financeiras. Nestas transações, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. Os respectivos ganhos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentados na nota explicativa 24. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconhecera uma comissão no montante de R\$ 27 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2021). (ii) Fornecedores risco sacado (convênio): é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre a Via e seus fornecedores de produtos e serviços. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de produtos e serviços, a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de recuperação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio dessas operações era de 118 dias com custo financeiro de 18,95% a.a. (em 31 de dezembro de 2021 o prazo médio dessas operações era de 98 dias com custo financeiro de 11,04% a.a.), os respectivos custos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime de competência e estão apresentados na nota explicativa 24. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores". As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, e, necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos

impactos nas projeções financeiras. c) Risco de mercado: Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2022, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros. Taxa básica de juros: A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré-fixadas (denominadas aqui como "CDI"), para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos da Companhia. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa. Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 13,42% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente. Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Saldo em		
		31.12.2022	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	Redução do CDI	1.866	243	303
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(4.137)	(484)	(573)
Impacto no resultado - despesa		(2.271)	(241)	(270)

(*) Não incluem os contratos repasses para instituições financeiras por apresentarem taxas de juros pré-fixadas. d) Risco de liquidez: É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazo. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, regularmente se realizadas análises de sensibilidade para avaliar os possíveis impactos na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não fossem renovadas. A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas e concluiu que para o período de 12 meses após 31 de dezembro de 2022 existem riscos de liquidez. O capital circulante líquido apresenta-se negativo em 31 de dezembro de 2022, e a Administração entende que esta análise ainda deve ser considerada, dentre outros aspectos: - Passivo de arrendamento: passou a ser registrado em anos anteriores com a implementação de nova norma contábil, sendo parte no passivo circulante no montante de R\$645 em 31 de dezembro de 2022, sendo contrapartida no ativo circulante. - Estoque: Cabe destacar que o saldo de estoques da Companhia está sendo apresentado por seu valor realizável líquido (nota 7(c)), a custo, sem impostos e deduzidos da provisão para redução ao valor realizável líquido, e não por seu valor provável de venda de R\$9.527 (nota 14(f)), quando alcançaria o ativo circulante em R\$3.953; - Receita diferida: no montante de R\$201, cuja realização se dará por meio do reconhecimento de receitas e não por desembolso de caixa. Ao considerar esses aspectos, o Capital Circulante Líquido da Companhia teria índice de liquidez positivo. A Administração entende que não há incertezas relacionadas à capacidade da Companhia fazer frente às obrigações de curto prazo e que as bases de preparação destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são adequadas. Cabe ainda destacar que essa conclusão tomou como base os aspectos operacionais e financeiros atuais e projetados da Companhia. Neste sentido, destacamos-se alguns aspectos, tais como: - A Companhia está em processo de fortalecimento de seu caixa, por meio de medidas e ações que visam: (i) redução dos custos e despesas operacionais, (ii) maior eficiência na alocação de recursos financeiros em ativos da Companhia, (iii) ampliação de novas linhas de receita, como é o caso do Carnê Digital, aumento no número de lojas e intensificação da eficiência operacional e de lucratividade de nosso *marketplace*; - Como parte da recomposição do caixa, há ainda a captação de novos recursos financeiros de longo prazo e com custos financeiros inferiores aos atuais, através da emissão de novas debêntures via Certificado de Recebíveis Imobiliário ("CRI"), no montante de R\$ 400.000,000 (quatrocentos milhões de reais) conforme apresentado na nota explicativa nº 13; - Em 10 de novembro de 2022, a Via S/A celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o banco Bradesco S.A. e o banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 10 de novembro de 2037. Vale destacar, que o contrato atual atingiu suas metas com 7 anos de antecedência o que determinou novo compromisso para um novo período. Esse novo acordo, envolveu o ingresso imediato de R\$ 1.750 no caixa. Além disso, há a possibilidade de reconhecimento de outros quatro tramos de empréstimos, sujeitos ao atingimento de metas pré-definidas, em valor total de até R\$ 1.500. - A Administração tem efetuado, nos últimos períodos, investimentos expressivos na modernização de seus ativos para manutenção e ampliação de sua participação no mercado *online*, além de também concentrar esforços na ampliação de lojas físicas, principalmente em regiões do país onde há pouca penetração de nossas marcas. Por meio desses investimentos, a Companhia acredita que, tanto no curto quanto no médio prazo, tais investimentos já resultarão em ingressos significativos de caixa para fazer frente às obrigações presentes da Companhia; Fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros: A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.110	2.019	7.251	7.110	2.019	7.251
Fornecedores portal	657	-	657	657	-	657
Fornecedores risco sacado (convênio)	2.532	-	2.532	2.532	-	2.532
Empréstimos e financiamentos	1.757	2.379	4.157	1.757	2.379	4.157
Repasse para instituições financeiras	5.014	651	5.665	5.014	651	5.665
Partes relacionadas	332	2	334	20	-	20
Repasse a terceiros	560	-	560	648	-	648
	17.962	3.032	21.210,5	17.879	3.030	21.20,90

e) Risco de crédito: A Companhia está exposta ao risco de crédito mantidos com instituições financeiras, na posição de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro. Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados. Para os saldos de Contas a Receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito e/ou com bancos. As vendas financiadas através da operação de repasse com instituições financeiras, têm linhas de crédito junto aos bancos: Bradesco, Safra, Banco do Brasil, Daycoval e BTG, visando o financiamento dos clientes; com intervenção da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são calculadas conforme a política contábil e Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis. f) Gerenciamento de capital: O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Recebíveis de cartão de crédito	3.426	3.426	3.839	3.839
Total caixa e equivalentes, e cartão de crédito	5.445	5.445	5.620	5.620
Contas a Receber - Crediciário Casas Bahia	5.523	-	5.006	-
Outros recebíveis	708	708	717	717
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(648)	(21)	(711)	(55)
Total caixa e equivalentes, e recebíveis	11.028	6.132	10.632	6.282
Empréstimos e financiamentos	(4.137)	(4.137)	(4.594)	(4.594)
Repasse para instituições financeiras	(5.241)	-	(4.828)	-
Total Empréstimos e financiamentos e CDCI	(9.378)	(4.137)	(9.422)	(4.594)
Caixa Líquido	1.650	1.995	1.210	1.688
Patrimônio líquido	5.284	5.284	5.637	5.637
Índice de caixa líquido	0,93	0,95	0,81	0,82

g) Passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Crediciário Casas Bahia (i)	3.873	4.239	3.873	4.239
Repasse para instituições financeiras (ii)	(5.241)	(5.186)	(5.241)	(5.186)

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Administradoras de cartões de crédito (ii) 3.406 3.406 3.426 3.426
(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Crediciário Casas Bahia e a expectativa de perdas dos títulos, bem como a taxa média de mercado de desconto de duplicatas. (ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes. A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos. Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Estoque (nota 7(a))	5.533	7.099	5.574	7.152
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos (nota 21)	36.240	36.322	36.418	36.375
Custo das mercadorias e serviços vendidos (nota 22)	(21.010)	(21.513)	(21.308)	(21.572)
Mark-up	1.72	1.69		



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012, 2013, 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de inibição corresponde a R\$193 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2022 (R\$273 em 31 de dezembro de 2021). Em 13 de setembro de 2022, a Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Cia., por maioria de votos, cancelando integralmente o ato de infração. Cíveis e outros: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$198 (R\$194 em 31 de dezembro de 2021). e) Depósitos judiciais: a Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetua depósitos recuados (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Previdenciárias e trabalhistas	278	326	292	341
Tributárias (i)	606	401	608	405
Cíveis e outros	24	76	25	77
	908	803	925	823

(i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAP nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS (DIFAL) nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto. Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL. Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais". Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento. Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Esse ICMS corresponde a diferença entre as alíquotas interestaduais e a interna do estado de destino (DIFAL). Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagissimil. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas pode ser aplicada às operações do exercício financeiro posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023. f) Garantias e fianças bancárias: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2022
Previdenciárias e trabalhistas	2.705
Tributárias	1.990
Cíveis e outras	5.069

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2022, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.613. As garantias corporativas outorgadas pela CBD em 31 de dezembro de 2022 totalizam R\$216.

18. Operação de arrendamento mercantil: a) Política contábil: a) Política contábil - Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$17 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (R\$29 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso pela Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendatário, o cálculo do passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento. Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado a COVID-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do exercício. A Companhia e suas subsidiárias aplicam o expediente prático a todos os benefícios concedidos em contratos de arrendamento em consonância com os requisitos da Deliberação nº 859/20. Em 31 de março de 2021, o IASB emitiu novas alterações a IFRS 16 estendendo em um ano o expediente prático para benefícios concedidos que ocorram como consequência da pandemia da Covid-19 afetando, portanto, pagamentos devidos em até 30 de junho de 2022. Em 22 de julho de 2021, a CVM, através da Resolução CVM nº 41/21, aprovou o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18/21, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que altera o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Esta resolução entrou em vigor em 2 de agosto de 2021, aplicando-se aos contratos de arrendamento iniciados em ou antes de 2021. O arrendatário poderá aplicar as alterações para os pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. b) Composição dos saldos e movimentação: Ativo de direito de uso:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.039	3.079
Adições e reversurações	836	839
Baixas / Reversões	49	46
Depreciação	(651)	(657)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.273	3.307
Adições e reversurações	322	325
Baixas / Reversões	(63)	(69)
Depreciação	(717)	(717)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.789	2.816

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do exercício: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	165	138
Depreciação	138	169
Passivo de arrendamento	169	142

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.908	3.963
Adição e remensurações	836	839
Baixas	51	47
Pagamento de principal	(643)	(647)
Juros incorridos	(385)	(391)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.152	4.202
Adição e remensurações	323	325
Baixas / Reversões	(120)	(127)
Pagamento de principal	(698)	(702)
Pagamento de juros	(430)	(435)
Juros incorridos	430	435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.557	3.599
Circulante	641	645
Não circulante	3.016	3.054

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante:

Ano	Controladora		Consolidado	
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Fluxo bruto	Juros embutidos
2024	931	(344)	587	(348)
2025	811	(276)	535	(279)
2026	705	(210)	495	(213)
2027	550	(153)	397	(156)
2028	440	(106)	334	(108)
Mais de 5 anos	782	(114)	668	(115)
	4.219	(1.203)	3.016	(1.219)

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia informa que os pagamentos de passivos de arrendamento mercantil, geram um direito potencial de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$433 na Controladora e R\$439 no Consolidado (R\$418 na Controladora e R\$425 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

19. Recostas diferidas: a) Política contábil: As recostas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas. b) Composição dos saldos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	980	980
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	1.285	23
Seguros e serviços (iii)	85	99
Outros	5	9
	2.355	1.108
Saldo em 31 de dezembro de 2021	190	365
Circulante	190	365
Não circulante	2.165	793

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporadas a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

20. Despesas por natureza: a) Política contábil: As recostas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas. b) Composição dos saldos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	980	980
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	1.285	23
Seguros e serviços (iii)	85	99
Outros	5	9
	2.355	1.108
Saldo em 31 de dezembro de 2021	190	365
Circulante	190	365
Não circulante	2.165	793

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporadas a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes. Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

21. Receitas de vendas de mercadorias e serviços: a) Política contábil: A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Barçira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, consequentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta. Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é o responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando o dos serviços de intermediação são prestados. As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferece produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (fee) dentro do site utilizado. Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros. Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente. b) Composição dos saldos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.996	33.040
Mercadorias	2.343	1.927
Financeira operacional (c)	1.631	1.061
Serviços	270	294
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.240	36.322
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	(5.089)	(5.136)
Tributos sobre mercadorias	(92)	(84)
Tributos sobre fianças operacionais (c)	(223)	(142)
Tributos sobre serviços	(56)	(64)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(5.460)	(5.520)
Receita operacional líquida	30.780	30.896

c) Receita financeira operacional:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.194	1.805
Crediário Casas Bahia (i)	149	122
Outras	2.343	1.927
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.194	1.805
Outras	(74)	(70)
Tributos sobre operações financeiras operacionais	(92)	(84)
Receita financeira operacional - Crediário Casas Bahia	2.120	1.735

(i) Correspondem as vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção do vendedor (Crediário Casas Bahia), que geralmente são parcelados em até 24 meses. d) Juros do Crediário Casas Bahia:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.762	20.410
Custo com estoques vendidos	(2.465)	(2.582)
Despesas com pessoa	3.057	3.178
Despesas com serviços de terceiros	1.048	1.020
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Crediário Casas Bahia, líquido de recuperação (PDD)	1.029	704
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Outras (PDD)	15	121
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	449	1.528
Outras	458	62
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.283	29.605
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.010)	(21.513)
Despesas com vendas	(6.216)	(7.079)
Despesas gerais e administrativas	(1.013)	(1.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.283	29.605

22. Despesas por natureza:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.762	20.410
Despesas com estoques vendidos	(2.465)	(2.582)
Despesas com pessoa	3.057	3.178
Despesas com serviços de terceiros	1.048	1.020
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Crediário Casas Bahia, líquido de recuperação (PDD)	1.029	704
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - Outras (PDD)	15	121
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	449	1.528
Outras	458	62
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.283	29.605
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.010)	(21.513)
Despesas com vendas	(6.216)	(7.079)
Despesas gerais e administrativas	(1.013)	(1.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.283	29.605

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(208)	(709)
Despesas com reestruturação (i)	24	(7)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	55	34
Outras	(129)	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(186)	(718)
Despesas com reestruturação (i)	24	(7)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	55	34
Outras	(129)	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(186)	(718)

(i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

24. Resultado financeiro, líquido: a) Composição dos saldos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(208)	(709)
Despesas com reestruturação (i)	24	(7)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	55	34
Outras	(129)	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(186)	(718)
Despesas com reestruturação (i)	24	(7)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	55	34
Outras	(129)	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(186)	(718)

(i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(208)	(709)
Despesas com reestruturação (i)	24	(7)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	55	34
Outras	(129)	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(186)	(718)
Despesas com reestruturação (i)	24	(7)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	55	34
Outras	(129)	(682)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(186)	(718)

(i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

26. Cobertura de seguros: A Companhia tem como prática, realizar a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos por danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o ativo imobilizado e os estoques, (inclusive a frota de caminhões e veículos leve é segurada). Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer em virtude de uma eventual paralisação das atividades ou em decorrência de eventuais acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados. As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2022, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	13.727
Lucro	Lucros cessantes	5.499
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	88

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIEP"). A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$405.

27. Informações sobre os segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos e móveis. **28. Eventos subsequentes:** Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de



VIA S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 33.041.260/0652-90



★ continuação

DIRETORIA

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores Alessandro Mendes Diretor de Contabilidade	Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro Adriano Vicente da Silva Contador 1SP271597/O-5	Helisson Brigido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital
---	--	--	--	--

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua conclusão nesta data.

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores	São Paulo (SP), 09 de março de 2023. Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro	Helisson Brigido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital
---	--	--	---	--

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Via S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 25, §1º, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, autorizando a sua divulgação nesta data.

Roberto Fulcherberguer Diretor Presidente	Sérgio Augusto França Leme Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores	Abel Ornelas Vieira Vice-Presidente Comercial e de Operações	Orivaldo Padilha Vice-Presidente Financeiro	Helisson Brigido Andrade Lemos Vice-Presidente de Inovação Digital
---	--	--	---	--

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal da Via S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independente S.S., datado de 09 de março de 2023, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior Presidente	São Paulo, 09 de março de 2023. André Coji Membro	Magali Rogéria de Moura Leite Membro
---	--	--

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E COMPLIANCE

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração da Via S.A. ("Companhia")

1. APRESENTAÇÃO
O Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 23/2021, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.
O Comitê foi inicialmente instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado. O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

Em 07 de julho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Regimento Interno do Comitê, alterando também sua denominação para inclusão expressa de "Riscos e Compliance", bem como a nova composição do Comitê, a saber: (i) eleição do Sr. Marcel Cecchi Vieira como Coordenador do Comitê; (ii) eleição dos Srs. Luiz Carlos Nannini e Rogério Paulo Calderón Peres como membros do Comitê. A atual composição do Comitê teve seu mandato renovado por 2 (dois) anos em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2022, com prazo até a primeira reunião do Conselho de Administração a ser realizada após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2024. Conforme comunicado ao mercado divulgado em 07 de março de 2023, a Companhia recebeu comunicação de renúncia do Sr. Marcel Cecchi Vieira, datada de 06 de março de 2023, por motivos pessoais. O Sr. Marcel Cecchi Vieira, atuou como coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance nos últimos 3 anos e, além das demais atribuições, também acompanhou todo trabalho de revisão das demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, que serão divulgadas pela Companhia em 09 de março de 2023, após o encerramento do pregão da B3. O Conselho de administração deverá deliberar sobre indicação de novo membro ao Comitê de Auditoria, em substituição ao Sr. Marcel Cecchi.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 10 (dez) vezes no período de janeiro de 2022 a março de 2023.
Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia e também na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia. As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2022 a março de 2023 foram:

- (a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (DF2021);
- (b) Avaliação e recomendação acerca da renovação do contrato com os Auditores Independentes (E&Y), para o exercício de 2022;
- (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2022 (1º ITR/22);
- (d) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2022 (2º ITR/22);
- (e) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2022 (3º ITR/22);
- (f) Acompanhamento do Plano de Trabalho da Auditoria Independente Externa da Companhia referente ao exercício social de 2022;

- (g) Acompanhamento recorrente dos trabalhos conduzidos pela área de Controles Internos Riscos e Compliance durante o exercício social de 2022, incluindo, mas não se limitando ao monitoramento do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos;
- (h) Acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna durante o exercício social de 2022, incluindo a definição do escopo de trabalho e reportes recorrentes ao Comitê acerca das entregas e andamentos;
- (i) Análise e recomendação acerca da atualização da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia pela área de Controles Internos Riscos e Compliance;
- (j) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Cyber Segurança;
- (k) Acompanhamento do processo do trabalho de Monetização dos Créditos Fiscais;
- (l) Acompanhamento dos indicadores da área de Atendimento ao Cliente;
- (m) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Sustentabilidade da Companhia;
- (n) Definição de fluxo de contratação de Auditoria Independente para controladas/subsidiárias;
- (o) Definição de fluxo de contratação de serviços de consultoria prestados por empresas de auditoria;
- (p) Acompanhamento do Plano de Trabalho da Auditoria Independente (Grant Thornton), responsável atual por auditar o banQi Instituição de Pagamento e BNQI SCD;
- (q) Acompanhamento das mudanças recentes no Formulário de Referência, em especial ESG;
- (r) Análise do Plano de Trabalho da Auditoria Interna para o primeiro Trimestre de 2023;
- (s) Análise e recomendação acerca da aprovação pelo Conselho das Políticas de Integração, Política Tributária e Política Geral de Proteção de Dados da Companhia;
- (t) Por fim, análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("DFs 2022").

3. CONCLUSÕES
Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 07 de março de 2023.
Marcel Cecchi Vieira
Coordenador do Comitê até o dia 06 de março de 2023
Luiz Carlos Nannini
Membro
Rogério Paulo Calderón Peres
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da
Via S.A.
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Via S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis
Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para demandas trabalhistas e cíveis totalizou R\$ 2.080 milhões na controladora e R\$ 2.113 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 17.c às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas da área de contencioso trabalhista, na análise das probabilidades de perda e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria para a constituição de provisão para demandas judiciais trabalhistas e cíveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de créditos a recuperar de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de créditos tributários de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS totalizou R\$ 3.813 milhões na controladora e R\$ 3.815 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa nº 8.b às demonstrações financeiras de

31 de dezembro de 2022. A análise de recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS foi significativa para a nossa auditoria por considerarmos o seguinte: (i) os montantes desses créditos são relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e (ii) a elaboração dessa análise envolve julgamento por parte da diretoria da Companhia na determinação das projeções de débitos futuros de ICMS em suas operações, incluindo a consideração sobre regimes tributários especiais. Tais projeções podem ser afetadas por condições futuras de mercado e econômicas, que não estão sob o controle da Companhia.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo implementado pela diretoria para a elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados utilizados para a elaboração das projeções; (ii) a avaliação da razoabilidade dos dados utilizados na elaboração da análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, incluindo os referidos cálculos; e (iii) envolvimento de nossos especialistas em tributos indiretos na avaliação sobre a aplicação da legislação tributária e dos regimes tributários especiais nas projeções utilizadas na análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a análise anual de recuperabilidade dos créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas relacionados à recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos
Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16.c, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquido no montante de R\$ 3.319 milhões na controladora e R\$ 3.601 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2022, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, que não estão sob o controle da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos sobre a renda para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizada pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e conselho de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 9 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Julio Braga Pinto
Contador - CRC SP-209957/O



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 13/03/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/03/13/VIA1568201913032023.pdf>
Hash: 167848164397be980a4125470e92879bb2008fe16c